

AS ESQUERDAS BRASILEIRAS NA LUTA CONTRA A DITADURA E PELA
DEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS

LUIZ FELIPE FALCÃO¹

Não é incomum ouvir de brasileiros das mais diferentes procedências e das mais diversas localizações na estrutura social do país uma avaliação segundo a qual os habitantes do Brasil não tem memória, ou tem memória muito curta, o que contribuiria para que arbitrariedades e violências fossem rapidamente esquecidas e favoreceria a impunidade. Como acontece com frequência, generalizações deste tipo, que simplificam em excesso as complexas relações internas de uma sociedade, tendem a tornar pouco transparentes e compreensíveis os fenômenos e trajetórias a que se referem, favorecendo, ao inverso da compreensão que pretendem trazer a lume, pensamentos e práticas conservadoras eivadas de preconceitos que alimentam e potencializam arbitrariedades e violências.

Esta apreciação segundo a qual os brasileiros são desprovidos de memória não é uma exclusividade do Brasil, uma vez que autojulgamentos semelhantes podem ser coletados em outros países, como na Argentina. Todavia, há que considerar que ela pode ter algum fundamento se for levado em conta que os processos sociais na modernidade (modernidade tardia ou pós-modernidade, pois neste particular tanto faz o diagnóstico) vem implicando em transformações intensas, profundas e numa velocidade extremamente acelerada. Como um dos resultados destas mudanças vertiginosas, o adensamento das experiências desenvolvidas torna-se problemático e muitas vezes insuficiente para adquirir certa legitimidade, além do que ruídos de variados tipos interferem na transmissão, de uma geração para outra, dos conhecimentos obtidos, favorecendo assim seguidas rupturas entre elas. Mas, por sua vez, a tênue compactação da experiência social e as sucessivas quebras de comunicação geracional encontram uma espécie de lenitivo na crescente preocupação e capacidade de registro e armazenamento de dados e informações, o que faculta encontros, ao menos em parte, com experiências sociais precedentes, encontros estes ora instituídos pela sedução exercida pela memória, ou, mais propriamente, por uma cultura da memória entendida como comercialização crescente e bem sucedida da memória pela indústria cultural (Huysen, 2000), ora construídos pela engenhosidade historiográfica.

¹ Professor do Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Brasil: luiz.felipe@mailcity.com. A pesquisa para este artigo contou com apoio financeiro do CNPq e da FAPESC.

Em particular, as dificuldades ou rupturas na comunicação de experiências de uma geração a outra, no caso da chamada Nova Esquerda brasileira, seriam provenientes de vários fatores, cabendo de imediato um destaque para as duras críticas feitas ao PCB após o golpe de 1964, tendo a maioria de sua direção sido acusada de negligência em face dos preparativos golpistas, crença num dispositivo militar legalista que se oporia aos sublevados a fim de preservar o governo civil do presidente João Goulart (tanto quanto no apoio civil fornecido por uma presumida burguesia nacional e por setores das classes médias) e, principalmente, inação que trouxe como resultado uma derrota acachapante do movimento operário e popular. Que, em muitas situações, estas críticas não alcançavam a profundidade indispensável, concentrando-se na hesitação e falta de decisão demonstradas pelo *Partidão*, é algo verificável na documentação produzida então por indivíduos e grupos que articulavam dissidências e se inclinavam para um voluntarismo – que, diga-se de passagem, contagiou toda a Nova Esquerda - que os fez, senão todos, na maior parte, pegar em armas para confrontar abertamente a ditadura amparados em apreciações extremamente frágeis e discutíveis da correlação de forças.

Nas reminiscências de um dos combatentes de então, o jornalista Flávio Tavares (2012: 44), escritas e publicadas décadas depois, emergiram algumas das mais pungentes recordações desta mistura de desprendimento, imponderação e perplexidade:

[...] atônito pela solidão e pelo desamparo, senti-me um desvairado e me perguntei se tudo o que havíamos feito não eram apenas gestos messiânicos em que nós - que queríamos ser a vanguarda da resistência à ditadura militar - acabávamos devorados pelos nossos filhos, ou seja, nossos atos.

Por uma ampla e variada gama de motivos plenamente compreensíveis, as massas trabalhadoras não se deixaram seduzir por aquelas demonstrações de abnegação, a quase totalidade do povo permaneceu indiferente ou anestesiada e o regime acumulou forças para golpear de modo contundente aqueles que o contestavam, de tal sorte que poucos anos depois, mais precisamente em 1972, a luta armada de esquerda contra a ditadura estava derrotada, mesmo considerando um ou outro estertor aqui e ali, e os agrupamentos remanescentes bastante enfraquecidos e isolados. O diagnóstico expresso por Tavares foi bem incisivo e exigiria um grande esforço, assim como um bom tempo, para ser superado.

[...] Estávamos todos afogados neste 1969, quinto ano triunfal da ditadura Afogados e abandonados. Tínhamos entregado tudo à causa de nossa “utopia popular”, , inclusive a vida. Ou principalmente a vida. Nem sequer tínhamos consciência dessa generosidade que, às vezes, se confundia com uma doação aventureira ou uma bravata de jovens, entremeada de gente madura, alguns até

quase anciãos. Mas, e o povo? Onde estava o povo, depositário e objetivo dessa sacrificada luta pela utopia?

O povo tinha desaparecido, fechava-se na comodidade ou incomodidade das casas ou até deixava a rua, como naquela noite fria de junho em São Paulo, dois meses antes da minha prisão. Que aconteceu?

O que aconteceu, como bem assinalaram Almeida e Weiss (1998), é que *o povo* estava ou amedrontado pela repressão política, ou – o que certamente pesava mais - anestesiado pelos sucessos econômicos obtidos pelo regime, sobretudo na primeira metade da década de 1970, pelo que ficou conhecido como “milagre econômico brasileiro”, intensiva modernização do país com base em elevados investimentos em infraestrutura, incorporação imobiliária e efetivação de um mercado de consumo de massas, em grande parte decorrente da disponibilidade de capitais para investimento e/ou empréstimo no mundo capitalista (o que multiplicou a dívida externa do país) e da contenção dos salários dos trabalhadores assegurada pelo rígido controle dos sindicatos e associações de classe e pela efetiva suspensão do direito de greve.² Em razão disto, *o povo* não se sentiu atraído pelas propostas e ações daqueles que pretendiam representar a sua vanguarda na luta contra a ditadura, deixando-os inteiramente sós naquele embate desigual.

O que aconteceu, vale complementar e enfatizar, foi a prisão, morte ou exílio de numerosos militantes e ativistas, destroçando organizações e levando os remanescentes que permaneceram generosos a iniciar autocríticas a partir de 1971, caso da Ala Vermelha, e logo em seguida os demais sobreviventes (afora o PCdoB, pois a chacina de que foi vítima o seu Comitê Central, perpetrada pelos órgãos de repressão em 1976, interrompeu uma tardia revisão criteriosa da Guerrilha do Araguaia). De todo modo, a virulência dos juízos sobre o PCB e a derrota da opção armada, somados, comprometeu bastante a transmissão de conhecimentos da geração que vivenciou as agitações anteriores ao golpe de 1964 e, em boa parte, dos que estiveram ativos nas mobilizações dos anos de 1967 e 1968. Com isto, e diante de uma conjuntura desfavorável, restou incorporar referências antes desconhecidas ou desprezadas, como os escritos do italiano Antônio Gramsci e do búlgaro Georgi Dimitrov (neste último caso, retomado com zelo fervoroso pelo Movimento Revolucionário 8 de Outubro, MR8, proveniente de uma dissidência do PCB que estivera muito envolvido com a

² Entre 1968 e 1973 a taxa de crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) foi superior a 10%, o que teve reverberações até o final desta última década com taxas de crescimento superiores a 7% ao ano, com todas as suas perversas consequências no curto prazo – com sua extensa lista de violências e arbitrariedades, complementadas por acentuado implemento nos índices de concentração de renda - e no longo prazo, quando foi preciso pagar a conta junto aos credores internacionais.

luta armada, graças às suas formulações acerca de uma “frente popular” contra o fascismo), para compreender o que se passava e aproveitar as instituições que mantinham um aparato legal como os sindicatos, os diretórios acadêmicos, as associações de moradores e os grupos criados pelas igrejas para se dedicar a um paciente trabalho de base nos locais de trabalho e de moradia visando contribuir para a recuperação da capacidade de organização e mobilização dos trabalhadores, estudantes e camadas subalternas em geral.

Registrando depoimentos de antigos ativistas ou militantes, o mais habitual é se deparar com experiências que foram tecidas por volta de meados da década de 1970 a partir dos mais diferentes motivos, muito embora não seja raro encontrar alguns deles cujo vínculo com o engajamento de esquerda remonte ao início de sua adolescência ou mesmo à infância, devido ao contato com parentes, amigos ou professores que mantiveram algum tipo de atuação política depois do golpe ou estabeleceram um distanciamento crítico perante o regime. Exemplos quanto a isto são as recordações de Maria Isabel de Almeida, atualmente professora da Universidade de São Paulo, USP:

É muito louco o que aconteceu comigo. Porque eu estava na roça, num sítio em Ibitinga, interior de São Paulo, vivendo longe da cidade. O fato de estar apartada do que acontecia no mundo era muito complicado, porque o meu acesso se limitava a um radinho de pilha que só tocava música caipira. Eu só conhecia isto, porque o resto que estava acontecendo no planeta não chegava. Quando passei a ir para cidade, no quarto ano do grupo escolar, viajando todo dia de ônibus, passava na banca de jornal e convivía com as pessoas que estavam circulando pelo mundo. Aí passei a ser uma consumidora da revista “Contigo”, dedicada a telenovelas, mas que também trazia a pasteurização do que estava acontecendo. Então eu conheci Beatles, Rolling Stones, Vanderlei Cardoso, Rita Lee, Caetano e Gil, tudo pela lente de uma revista bem limitada. Depois, quando me mudei para a cidade, comecei a frequentar uma discoteca que tinha no domingo à noite, enquanto que na minha escola tinha um conjunto de rock que se chamava “Pedras Românticas”. Então, é dos quinze anos pra frente que, de alguma forma, isso entra na minha vida..³

Segundo a depoente, sua infância foi cultural e politicamente muito limitada, pois vivia “na roça”, “num sítio”, “longe da cidade”, o que dificultava a chegada e circulação das novas ideias que proliferavam mundo afora. Somente na juventude, e num ambiente mais urbano, é que ela passa a tomar contato, mesmo que indireto, por meio de uma revista voltada para as telenovelas, com notícias sobre as mudanças nos padrões de comportamento dos jovens ou mesmo a contestação dos valores vigentes. A recepção destas novidades potencializa-se quando ela conclui o magistério e ingressa no curso de História da USP em

³ Maria Isabel de Almeida, professora universitária, 58 anos, depoimento concedido ao autor em São Paulo, 31 de agosto de 2012. Todos os depoimentos aqui expostos foram editados, sem alterar seu conteúdo, para facilitar sua leitura.

1974, onde passa a se envolver com a militância política de esquerda a ponto de tornar a presença no curso um mero pretexto para seu ativismo:

A minha avó morava em São Paulo e comprava para cada neto alguma coisa que achava importante. Por exemplo: tenho até hoje a revista “O Cruzeiro” da inauguração de Brasília. Já minhas tias levavam a revista “Realidade” quando iam de férias para a fazenda. Então o meu fichário na escola era feito com matéria daquela revista, que eu adorava. Depois, quando mudei para a cidade, vi estudantes da Universidade do Estado de São Paulo, UNESP, de Araraquara encenando Brecht numa apresentação no colégio em que eu estudava. Aí pensei: “Putz, o que esses caras estão falando! O que é isso?” Mas ainda não sabendo juntar a com b...

Quando entrei na USP, estava de saco cheio no final do primeiro ano do curso de História. “O que eu estou fazendo aqui? Pra que serve?” E aqueles professores horrorosos, aquelas disciplinas que não conectavam com nada. Um dia falei com uma amiga que ia largar tudo, ia embora pro Pantanal, onde meu pai tomava conta de uma fazenda, para ensinar índio a ler e escrever. Ela, cheia das minhas lamúrias, respondeu: “Olha, já que você está sentindo isso, topa ler umas coisas que eu te passar?” E aí trouxe um pacote cheio de jornal do MEP⁴. Comecei a ler esse material e pensei: “Putá! Dá pra fazer alguma coisa por aqui.” Então entrei de cabeça na política e virei liderança do movimento estudantil. A partir daí, a política passou a ser o elo central da minha vida. Depois fui dar aula para jovens e adultos e na sala entra a luta contra a ditadura, o movimento contra a carestia, etc. Aí fui me desligando do movimento estudantil, entrei com tudo no movimento de oposição sindical dos professores da rede privada e em seguida na organização do PT.

Maria Isabel envolveu-se, pois, intensamente, na segunda metade da década de 1970, com a reorganização do movimento estudantil da USP e suas reverberações fora do campus universitário, como passeatas a favor da liberdade de manifestação e organização e do direito de greve, bem como pelo fim das prisões políticas e da repressão ao movimento sindical, culminando com uma participação ativa na oposição sindical dos professores da rede privada de ensino e no processo de formação do Partido dos Trabalhadores, PT. E, em vários momentos do depoimento, chama atenção a ênfase que ela deu ao seu grau de engajamento na época, “a política passou a ser o elo central da minha vida”, chegando mesmo a utilizar a expressão “dedicação assustadora” para se referir a tal comprometimento.

No entanto, é sugestivo que, ao mesmo tempo, exista em seu depoimento como que um silêncio revelador acerca dos legados das gerações pregressas que ela, bem como sua geração como um todo, teve condições de aproveitar para enriquecer e aprofundar seu próprio engajamento. Pelo contrário, algumas das principais menções que são feitas aludem a fenômenos completamente inovadores no cenário sociopolítico brasileiro, como as oposições sindicais e o Partido dos Trabalhadores. No primeiro caso, as oposições enquanto articulações com características de frente única político-sindical dos setores mais combativos de uma

⁴ Movimento pela Emancipação do Proletariado, organização de esquerda surgida de uma cisão da POLOP e atuante no Brasil nos anos 1970 e 1980.

categoria profissional para, aproveitando as brechas legais, impulsionar um sindicalismo que buscava se organizar a partir dos locais de trabalho e disputava com os “pelegos” (muitas vezes interpostos pela ditadura) a liderança das campanhas salariais e a própria direção das entidades, e que tiveram na OSM-SP o seu vetor mais representativo. No segundo caso, uma agremiação política também com característica de frente única no período de sua formação, criado de baixo para cima reunindo sindicalistas, intelectuais, artistas, estudantes, setores progressistas da Igreja Católica e, destacadamente, militantes e ativistas de esquerda, com fortes laços no movimento operário e popular e inegáveis inclinações socialistas.

Nas trilhas da História, Maria Isabel foi contemporânea da reorganização do Diretório Central dos Estudantes, DCE, da USP, primeira agremiação estudantil independente recriada durante a ditadura, em 1976, batizada com o nome de Alexandre Vannuchi Leme, um jovem que cursava Geologia na instituição quando foi preso e morto sob tortura pelos órgãos repressivos em 1973, acusado de pertencer à Aliança Libertadora Nacional, ALN (a maior e mais ativa organização da esquerda armada brasileira), o que gerou uma grande comoção. Em termos de tempo, a distância que os separava era insignificante; no entanto, em termos do sentido político de suas ações, o hiato era insuperável. Assim, os nexos que poderiam unir Alexandre Vannuchi e Maria Isabel, permitindo que ela aproveitasse as experiências que ele começara a acumular em sua breve existência, estavam inexoravelmente rompidos.

Semelhanças e dessemelhanças podem ser notadas se o depoente é oriundo de outra extração social, como é o caso de Miguel Tadeu de Carvalho, que integrou o mesmo agrupamento político de Maria Isabel, mas na condição de operário metalúrgico, que chegou a ocupar posições de destaque na OSM-SP e na articulação para criar o PT, sendo que até hoje mantém um engajamento de esquerda no Partido Socialismo e Liberdade, PSOL, onde exerceu a presidência do Diretório Estadual de São Paulo.

Ele nasceu numa família de trabalhadores rurais que migrou para a cidade de São Paulo em busca de uma vida melhor, tendo feito um curso técnico no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, SENAI, uma instituição paraestatal voltada para a oferta de ensino profissional, e é também na cidade, na segunda metade da década de 1970, que seu engajamento se concretiza:

Nasci em São Paulo, mas me criei em Minas Gerais. Meus pais são daquele êxodo rural que fez as pessoas tentarem vida melhor em São Paulo. Fiz só o primário e o SENAI, e saí com diploma de ajustador mecânico. Tinha 17 anos e vim para São Paulo direto pra fábrica. (...) Estávamos num período com certa estabilidade, a

ditadura comemorando, a maioria do povo nem sabia que havia luta. Eu mesmo iniciei na Igreja, meus pais eram muito católicos e eu participava daquela ala mais conservadora. Só que a Igreja abriu cursos noturnos, como supletivo, e me matriculei.

Eu trabalhava na metalúrgica de dia e à noite ia pra esse curso. E ali tinham militantes de esquerda, soube depois, que davam aula de forma voluntária e faziam trabalho político com os operários. Então conheci um companheiro, uma pessoa fantástica, que encostou em mim e no meu irmão mais novo e passou a frequentar nossa casa. Ficamos desconfiados e até falamos: “Pô, o que esse cara está querendo?” Mas depois entramos na discussão política, fizemos formação, ele com paciência de acompanhar. Aí soubemos que tinha um grupo da Oposição Sindical Metalúrgica reunindo naquela Igreja. O nosso contato começou assim, na Igreja, mas não nas ações da Igreja.”⁵

Miguel Tadeu, como Flávio Tavares, recordou o período de estabilidade e desmobilização que caracterizou o “milagre econômico”, e como Maria Isabel não possuía experiência prévia de atividade política até tomar contato com um militante em um curso noturno realizado na Igreja do bairro em que residia. Seguindo adiante, ele rememorou, de um modo bem objetivo, um dos episódios mais relevantes em que se envolveu, a greve dos metalúrgicos de São Paulo de 1979, feita praticamente à revelia da direção do sindicato:

Participei de modo ativo na grande greve de 1979, aquela em que foi assassinado o Santos Dias. Como a Oposição Sindical teve um papel destacado, conseguiu aprovar nas assembleias que o sindicato alugasse subseções. Então foi eleita uma comissão de negociação central, para representar toda a categoria, e regionais, e fui eleito para a da Zona Sul. A greve demorou uns quarenta dias porque teve um refluxo e, quando o Santo Dias foi assassinado, cresceu de novo. E como eu era um ativista dedicado, às vezes substituía alguém da central na mesa de negociação permanente. Era uma responsabilidade grande e, nesses momentos, você vai crescendo, vai aprendendo.

O relato não sofreu grandes alterações ao mencionar a duração do movimento grevista por quarenta dias, a morte do operário Santos Dias – um militante católico proeminente, baleado pela polícia durante um piquete -, sua prisão e sua demissão sem ter conseguido alcançar o objetivo a que se propusera, ou seja, a organização de uma comissão de fábrica. Mais ainda, as referências à sua participação nesta greve, durante a qual foi eleito para a comissão de mobilização da Zona Sul, talvez a de maior concentração fabril da cidade de São Paulo, chegando por vezes a integrar a comissão central de negociação com a mais importante entidade patronal do país, enfatizaram em especial a responsabilidade de estar representando a categoria num momento como aquele e o aprendizado que se extraía de tudo isto: “Você está de um lado e os patrões do outro, negociando benefício para sua classe, para sua categoria.

⁵ Miguel Tadeu de Carvalho, 56 anos, operário metalúrgico aposentado, depoimento concedido ao autor em São Paulo, 29 de agosto de 2012.

Você precisa saber o limite da negociação, até onde você vai, até onde não vai, e que satisfação vai dar pra sua classe.”

Apesar da sobriedade do relato, Miguel Tadeu foi adquirindo projeção crescente pela militância sindical e política, a ponto de, já em 1980, participar do congresso de fundação do PT como delegado eleito de sua região. E para legalizar o partido, lembrou ter feito campanha de casa em casa, nas feiras, no centro da cidade: “punha uma bandeira do PT, às vezes tinha som, às vezes não, às vezes você falava na garganta mesmo e ia chamando as pessoas explicando com o panfleto e pedindo para filiar”, conseguindo muita adesão mas enfrentado muita rejeição também, porque a direita era forte e o petista “amado ou odiado”. Mais ainda, o papel de liderança fez com que, no ano seguinte, 1981, ele ocupasse um cargo de destaque na chapa da Oposição Sindical que disputou e perdeu as eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, em parte porque a oposição se dividiu no enfrentamento dos “pelegos”, tendo o PCdoB e o PCB lançado uma chapa própria para concorrer (nas eleições seguintes, em 1984, o PCdoB acabou aderindo aos pelegos).

De um modo menos sóbrio, mas com objetividade e teor semelhante, Anízio Batista de Oliveira, operário metalúrgico aposentado ligado à Pastoral Operária identificada com a Teologia da Libertação, rememorou a trajetória que o levou a encabeçar a chapa da OSM-SP em 1978 e, mais adiante, de ser um dos poucos deputados estaduais que o PT elegeu no Estado de São Paulo nas primeiras eleições de que participou, em 1982: Uma vez mais, trata-se de alguém que migrou do campo para a cidade e, nela, desenvolveu seu aprendizado mediante cursos técnicos do SENAI, além de encontrar na ala progressista da Igreja Católica a oportunidade de compreender e reagir contra a pobreza que desde cedo vivenciara:

Nasci em uma família camponesa no interior de São Paulo, em São José do Rio Preto,, e desde criança trabalhei na roça como colono, até os dezoito anos, quando vim para São Paulo tentar sorte melhor, e fiz vários cursos técnicos no SENAI para trabalhar nas indústrias metalúrgicas: depois de 35 anos, me aposentei como operário metalúrgico. Trabalhava de dia e estudava de noite: era bem sacrificado. Fiz desde peça pequena até peça de avião, e me sinto muito orgulhoso disso, de produzir peças para indústria automobilística, para usinas hidrelétricas, para navios, para avião. Então a minha mão de obra rodou o mundo, pois ajudei a construir o mundo também, certo? Eu tenho orgulho de ter esse conhecimento. E, depois que me aposentei fui fazer a faculdade que eu queria, um curso de licenciatura em Filosofia, que terminei em 2009.

Logo que cheguei em São Paulo me engajei numa igreja dos Dominicanos, onde tive contato com a Teologia da Libertação, com o que me identifiquei muito. Com o tempo, nós criamos a Pastoral Operária dos Cristãos Socialistas aqui em São Paulo, para ter formação religiosa e também para conhecer melhor a realidade em que a gente vivia. Em todas as indústrias que trabalhei a gente discutia o problema

do operário: não só a questão salarial, mas também a questão da alimentação, da segurança, então nós tínhamos as chamadas 'comissões de fábricas clandestinas', porque naquele tempo se você falasse em comissão de fábrica o patrão te mandava embora. Eu sempre tive uma participação ativa no movimento sindical, na Oposição Sindical.⁶

A vida difícil, batalhada, novamente veio à tona nas recordações de trabalhadores, associada ao orgulho do profissional com sólida formação técnica que, além de permitir o usufruto de melhores salários, garantia certa proteção contra o desemprego que sempre ameaçou os militantes operários, uma vez que sua qualificação ajudava a obter uma nova colocação toda vez que era mandado embora de uma fábrica. Trata-se, aqui, de um orgulho que não se confunde com soberba ou arrogância, e sim com superação no sentido que lhe dava Hegel, isto é, de ultrapassagem de um patamar. Coerentes com isto, ele assevera ter feito “desde peça pequena até peça de avião”, desde peças para indústria automobilística até para usinas hidrelétricas, navios e aviões, de sorte que lhe permite concluir: “minha mão de obra rodou o mundo, pois ajudei a construir o mundo também”. E, relacionado com isto, ele reconheceu a grande importância que teve para a sua vida o contato com a Teologia da Libertação numa igreja do bairro em que morava e que se encontrava sob a condução de dominicanos, o que foi decisivo para a criação da “Pastoral Operária dos Cristãos Socialistas”, que alcançou enorme repercussão em São Paulo nas décadas de 1970 e 1980, mobilizando milhares de trabalhadores e suas famílias, apoiando greves, fornecendo suporte para movimentos populares contra o custo de vida, por moradia, creches, etc.

Uma geração mais velha que a de Miguel Tadeu, Anísio aludiu aos momentos iniciais da Oposição Sindical Metalúrgica em 1965, logo depois do golpe, quando alguns trabalhadores ligados ao PCB tentaram rearticular suas ações em São Paulo, chegando a patrocinar algumas mobilizações fabris em 1968 quando aconteceram as greves de Osasco, na Grande São Paulo, e Contagem, na Grande Belo Horizonte, ao que tudo indica em solidariedade àquelas paralisações. Em seguida, esta movimentação se desativou praticamente por completo, em um ambiente de forte repressão por parte da ditadura e dos patrões, começando lentamente a se articular em novas bases nos primeiros anos da década de 1970.

A Oposição Sindical Metalúrgica começou a se formar já em 1965, depois do golpe, com o pessoal mais antigo do PCB. Mas foi no início da década de 1970 que ela se tornou mais orgânica, com um pessoal que pertencia a uma safra nova, mais ligada à Igreja e aos partidos clandestinos, com uma estrutura bem organizada a partir de 1975. Depois de 1984 a Oposição foi se diluindo um pouco, pois muitas lideranças

⁶ Anísio Batista de Oliveira, 72 anos, operário metalúrgico aposentado, depoimento prestado ao autor em São Paulo, em 24 de abril de 2013.

perderam o emprego ou trocaram de categoria: uns foram para os bancários, outros foram para os químicos, para a borracha, mas em todas as categorias proliferaram as oposições, sendo que várias, como a dos químicos e dos bancários, acabaram ganhando as eleições.

Como parte disso, eu me lembro que em 1973 trabalhava na Villares e nós não fazíamos reunião dentro da fábrica, nós chamávamos as reuniões fora, nos sábados, domingos. E então a gente organizou uma greve pra mim histórica, porque na época de repressão você fazer uma greve é barra pesada. Aí o que nós fizemos? Nós parávamos três horas de manhã e três horas à tarde. Muitas vezes você alternava de manhã e de tarde. Em cada sessão nós tínhamos uma liderança que coordenava a sessão, e na minha tinha uma peça muito grande: quando era o momento de parar, eu chegava naquela peça e dava com um pedaço de ferro e batia, toim, fazia aquele barulho na fábrica, aí as máquinas paravam todas. Era muito bonito. Era uma greve bastante bonita. Mas fui mandado embora três dias depois da greve, já véspera do natal; a Villares naquele tempo dava brinquedos para os filhos dos trabalhadores e nem os brinquedos eu recebi pros meus filhos. Mas a Villares negociou, não descontou o reajuste que tinha dado de antecipação. De qualquer forma foi uma vitória para os trabalhadores, mas eu perdi o emprego.”

A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, seguramente a mais influente do Brasil nos anos em apreço, era, como já descrito acima, uma espécie de frente político-sindical que reunia, numa estrutura semiclandestina, operários que militavam nas organizações da Nova Esquerda, na Pastoral Operária e em outras instituições como a Frente Nacional do Trabalho, bem como trabalhadores que decidiram permanecer independentes. No seu ideário, ao lado da liberdade sindical, do direito de greve, do fim do arrocho salarial e de melhores condições de vida e de trabalho, constava a implementação das comissões de fábrica como fator decisivo para a emergência de um verdadeiro sindicalismo livre no Brasil, junto ao que foram sendo incorporadas bandeiras políticas e sociais como a anistia aos presos e exilados políticos pela ditadura e a reforma agrária.

A referência ao seu surgimento logo após o golpe é, todavia, basicamente protocolar, uma vez que contida em alguns documentos da própria Oposição Sindical, até porque, na década de 1960, a preocupação era retomar o sindicato que havia sofrido intervenção e entregue pelo regime aos pelegos, além do que, entre 1971 e 1975, ela esteve em grande medida desarticulada. Foi, porém, neste último período, que, “com um pessoal que pertencia a uma safra nova”, ela começa a se estruturar como alternativa político-sindical e a projetar lideranças que acabariam por angariar um significativo prestígio junto à categoria e a lideranças e entidades de outras categorias. Em outras palavras, ainda que buscando estabelecer uma linhagem da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo que viria desde o pós-golpe de 1964 (existem documentos da própria Oposição que remetem isto até para 1961, quando da criação da primeira comissão numa indústria metalúrgica, a COBRASMA, sediada em Osasco), as lembranças de Anísio Batista de Oliveira corroboram a sugestão de uma

importante ruptura entre as perspectivas sindicais anteriores e posteriores aos anos 1970, com a afirmação de preocupações já existentes anteriormente quanto à necessidade de uma resposta mais ampla e profunda aos entraves para uma organização sindical livre da tutela do Estado e embasada nos locais de trabalho, do que a OSM-SP fez a sua marca registrada por excelência. E, ainda que de um modo contraditório, no mais das vezes pela preocupação em doutrinar e recrutar quadros para construir um partido revolucionário nos moldes leninistas, a Nova Esquerda teve uma participação efetiva em tudo isso, conforme o atesta, em seus próprios termos, Anísio Batista de Oliveira:

Naquele tempo da repressão eu nunca militei nos partidos clandestinos, mas tinha contato com todo esse pessoal do MR-8, MEP, POLOP, lideranças muito boas e aguerridas. Sempre fui chamado a militar nos clandestinos, mas achava que o trabalhador não gosta de ter uma coisa clandestina, ele gosta de ter uma coisa aberta onde ele pode falar: 'eu sou disso aqui'.

Por isso e por ser mais pé no chão, na formação do PT nós éramos chamados 'os igrejeiros', porque o pessoal tinha uma proposta muito avançada de esquerda e nós uma proposta mais de pé no chão. Então nós tínhamos um certo atrito porque achavam que nós éramos conciliadores. Afinal, de certa forma o crescimento da sociedade é dentro de uma conciliação mesmo: você pode ter uma visão marxista de esquerda como eu tenho, mas você não pode colocar a sua proposta numa sociedade que não vai funcionar. Você tem que ter o pé no chão. De todo modo, logo depois da fundação eu fui eleito deputado estadual pelo partido em 1982, mas hoje não estou mais no partido, pois a mudança do PT me fez sair do PT.

A efetivação de uma estrutura semiclandestina como a Oposição Sindical não apenas permitiu realizar e ampliar uma atividade entre os trabalhadores, como igualmente ensejou uma atuação conjunta de militantes e ativistas cristãos, independentes e da Nova Esquerda em favor de um sindicalismo livre e combativo. Com a criação do PT e, mais à frente, da Central Única dos Trabalhadores, CUT, com uma dimensão massiva muito maior, parte substancial destes militantes e ativistas foi se incorporando a estas novas estruturas, paralelamente a um processo de dissolução de grande parte das organizações da Nova Esquerda e de substituição de antigas expectativas, como o partido revolucionário de inspiração leninista, por horizontes mais ou menos imediatos, como o aprofundamento da democracia e das conquistas sociais.

De acordo com isto, Anísio Batista define com precisão o seu próprio campo político enquanto um cristão socialista que não aceitava os “clandestinos” e se preocupava em manter o “pé no chão”. Numa dimensão algo distinta, a de quem integrou como militante uma das organizações desta Nova Esquerda, Miguel Tadeu reconheceu a importância dela para a sua formação política e mesmo para o desenvolvimento de um movimento sindical que enfrentou e ajudou a debilitar a ditadura no Brasil:

O contato do MEP foi importante, falo até hoje, pois aprendi coisas que talvez não aprenderia se estivesse na universidade. Porque no MEP a gente lia muito, por exemplo eu li Gramsci, sei lá, em 1980, o que acho era coisa inédita no Brasil pra qualquer universitário. E eu era um operário de base. Claro que não é só isso, que um quadro político não se forma só de teoria, de uma hora pra outra: demora anos, e é no dia a dia mesmo, no contato direto dentro da fábrica, na linha de produção, no convívio com as pessoas, no dia a dia do sindicato, quando você começa a entender como funciona a máquina sindical. E, sobretudo, no momento da greve, na luta concreta.

No caso de São Paulo, pode dizer por que todas as organizações de esquerda que atuaram na Oposição se articulavam com a Pastoral Operária. Uma coisa não convivia sem a outra: nem as organizações de esquerda conseguiam influenciar os operários e trazer pra luta e nem a Pastoral conseguia sozinha. A Pastoral tinha mais facilidade por contar com a estrutura da Igreja a seu favor. Mas as organizações contribuíam muito, porque conseguiam ter uma análise mais precisa da conjuntura, dar formação. Então as coisas se combinavam ali.

O entendimento de Miguel Tadeu acerca da esquerda, de sua convivência com a Pastoral Operária na Oposição Sindical e do surgimento de um sindicalismo massivo no Brasil da segunda metade da década de 1970 é ilustrativo de uma autoavaliação objetiva e em geral positiva de sua própria trajetória, mostrando um perfil que se assemelha ao de Anísio Batista no que toca ao orgulho de ter superado uma condição ordinária de vida, de ter ultrapassado um patamar que funcionava como uma imposição de sua extração social.

Neste ponto, e para finalizar, é oportuno elencar, com base nas pesquisas, leituras e reflexões já existentes, algumas conclusões preliminares sobre a Nova Esquerda brasileira e sua atuação sob a ditadura.

- 1) Abordar a Nova Esquerda significa refletir sobre um conjunto de estruturas clandestinas e semiclandestinas criadas desde o início dos anos 1960 – a partir de iniciativas práticas e esforços de reflexão que remontam pelo menos aos anos 1950 ou mesmo antes - visando transformar a sociedade e, após o golpe de 1964, derrubar a ditadura, com base em críticas às concepções políticas e ao modo de atuação do PCB, não se restringindo, portanto, aos organismos partidários articulados em torno de proposições programáticas e assertivas táticas.
- 2) Do ponto de vista de sua formação e atuação, trata-se de um fenômeno majoritariamente urbano (muito embora vários dos seus militantes e ativistas fossem de extração rural), não em razão da ausência de luta contra a ditadura no meio agrário, mas como a repercutir o acelerado processo de urbanização ocorrido da década de 1950 em diante, o que levou, aliás, a população citadina a superar a do campo pela primeira vez no Censo de 1970 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE.

3) Depois de, em grande parte, deixar-se seduzir por opções armadas de enfrentamento da ditadura, o que ocasionou seu enfraquecimento e isolamento sob o impulso de uma virulenta repressão, esta Nova Esquerda, sobretudo a partir de meados dos anos 1970, conseguiu estabelecer vínculos com o movimento operário e popular, contribuindo para a recuperação de sua capacidade de organização e mobilização, sem, contudo, abandonar a ambição de constituir um partido revolucionário nos moldes leninistas.

4) Já dos anos 1980 em diante, com a fundação do PT e mesmo da CUT, ocorreu entre a maioria destas estruturas clandestinas e semiclandestinas um deslocamento da preocupação com a revolução socialista e com o partido revolucionário em direção a outras problemáticas, como o aprofundamento das liberdades e da democracia e a preservação de conquistas econômicas, políticas e socioculturais na ordem instituída após o fim da ditadura em 1985.

5) Na referência a si mesmos e a outros militantes e ativistas, é possível descortinar um ethos dos integrantes da Nova Esquerda, ou uma “estrutura de sentimento” como propôs Willians, englobando valores e comportamentos, sem nenhuma escala de prioridade, como desprendimento, dedicação, solidariedade, companheirismo, responsabilidade, consciência dos males do mundo, defesa dos ideais de liberdade, igualdade e justiça, convicção dos objetivos a alcançar, orgulho da trajetória e elevada autoestima.

6) Existem distinções expressas por acentos, hiatos ou suavizações nos modos de lembrar entre militantes e ativistas, dependendo de sua proveniência social e das identificações que estabelecem com outros estratos sociais, como as classes médias e grupos intelectualizados, de sorte que se poderia referir a um modo de lembrar operário (decerto relacionado com uma experiência operária) pautado por referências práticas e objetivas, sem cogitações meandrosas ou superlativações hiperbólicas.

Estas conclusões preliminares não tem a ambição de esgotar os debates sobre a Nova Esquerda, nem tampouco representam as únicas maneiras possíveis de formular algo sobre o tema. Bem menos que isto, elas pretendem apenas sistematizar e socializar o estágio em que se encontram algumas das pesquisas, leituras e reflexões desenvolvidas sobre o assunto, com a finalidade de estimular debates e incentivar outras e inovadoras incursões em torno dele.

Referências



ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de e WEISS, Luiz. Carros Zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar, In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da Vida Privada no Brasil IV*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. Porto Alegre: LP&M, 2012 (1999).

WILLIANS, Raymond. *Marxismo y literatura*. Barcelona: Península, 2000 (1977).